

FLEURI, Reinaldo M. A Proposta Educacional Metodista e a Ideologia do Projeto Periferia da UNIMEP. **Revista da Pesquisa e Reflexão da UNIMEP**. Piracicaba, ano 3, n. 5, 1989.

impulso

Revista de Pesquisa e Reflexão da UNIMEP

Ano 3, N.º 5, 1.º Semestre de 1989

CONTEÚDO

Este Número - *Coordenação de Pós-Graduação da UNIMEP*

História e Memória Negra na Região de Piracicaba - *A*

Sociedade Benficiente - 13 de Maio - *João Flavio de Oliveira / Eliana Fadel Terzi*

América Latina: Erupção de uma Filosofia - *Pedro G. A. Novelli*

Golpe de Estado e Endividamento Externo: A Argentina de Martínez de Hoz (1976 - 1981) - *Delia Beatriz Espina*

Movimento Operário e Igreja: Reflexões a Partir do Caso Brasileiro - *Ely Éser Barreto César*

A Questão da Identidade na Psicologia - *Maria Aparecida Pelissari*

Propaganda: Os Filadores de Jornal - *Adolpho C. F. Queiroz*

Curso de Engenharia Noturno: Discussão do Perfil e dos Alunos em uma Universidade Particular - *Marcos Antônio de Lima / Erivelto Marino*

Questões sobre a Universidade Metodista de Piracicaba e

biblioteca Fleuri - *João dos Reis Silva Junior*

im + Fleuri 617 p a Educacional Metodista e a Ideologia do Projeto

1989 a UNIMEP - *Reinaldo Matias Fleuri*

—impulso—

Revista de Pesquisa e Reflexão da UNIMEP

Ano 3, N.º 5, 1.º Semestre de 1989

ÍNDICE

Este Número - <i>Coordenação de Pós-graduação da UNIMEP</i>	3
História e Memória Negra na Região de Piracicaba: A Sociedade Beneficente 13 de Maio - <i>José Flávio de Oliveira, Eliana Tadeu Terzi</i>	5
América Latina: Erupção de uma Filosofia - <i>Pedro G. A. Novelli</i>	21
Golpe de Estado e Endividamento Externo: A Argentina de Martínez de Hoz (1976-1981) - <i>Delia Beatriz Espina</i>	33
Movimento Operário e Igreja: Reflexões a Partir do Caso Brasileiro - <i>Ely Éser Barreto César</i>	43
A Questão da Identidade na Psicologia - <i>Maria Aparecida Pelissari</i>	51
Propaganda: Os Filadores de Jornal - <i>Adolpho C. F. Queiroz</i>	55
Curso de Engenharia Noturno: Discussão do Perfil e dos Alunos em uma Universidade Particular - <i>Marcos Antônio de Lima, Erivelto Marino</i>	59
Questões sobre a Universidade Metodista de Piracicaba e Burocracia - <i>João dos Reis Silva Junior</i>	65
A Proposta Educacional Metodista e a Ideologia do Projeto Periferia da UNIMEP - <i>Reinaldo Matias Fleuri</i>	75
Resenha	83

A PROPOSTA EDUCACIONAL METODISTA E A IDEOLOGIA DO PROJETO PERIFERIA DA UNIMEP

Reinaldo Matias Fleuri

Ex-professor da UNIMEP

atualmente Professor

na Universidade Federal de Uberlândia

Na pesquisa sobre **Educação Popular e Universidade****, analisei algumas dimensões da relação entre os projetos comunitários da UNIMEP e o movimento popular local. Todavia diversos aspectos ficaram ainda por ser aprofundados. Um deles é a questão da proposta educacional metodista e de suas implicações para a prática extensionista da UNIMEP.

O presente artigo retoma esta questão e pretende contribuir para sistematizar algumas informações de caráter mais geral. Tal discussão terá continuidade num texto a ser publicado no próximo número desta revista, focalizando-se mais especificamente os pressupostos ideológicos e estruturais da conotação assistencialista incorporada pelos primeiros projetos comunitários da UNIMEP.

A Igreja Metodista

As origens da Igreja Metodista encontram-se na Inglaterra, há dois séculos e meio. Liderado por John Wesley (1703-1791), o movimento metodista dá origem, a partir de 1739, às Sociedades Unidas que se difundem na Grã-Bretanha e, por volta de 1760, na América do Norte. De lá, o metodismo chega ao Brasil através de três missionários entre 1835 e 1840, criando raízes a partir de 1865, através de imigrantes provenientes do sul dos Estados Unidos, inconformados com a derrota na Guerra da Secessão.

A primeira Igreja Metodista no Brasil instala-se em Santa Bárbara d'Oeste (SP), 1871. Expande-se sob a influência norte-americana, que persiste mesmo após a independência, em 1930, e só vem a ser questionada a partir dos anos 60 (OLIVEIRA, 1983: 17-25).

Hoje, a Igreja Metodista do Brasil conta com cerca de setenta mil membros. É administrada por um Concílio Geral, que se reúne de quatro em quatro anos e elege o Conselho Geral. Organiza-se em sete regiões, com seus respectivos Concílios, Conselhos Regionais e Bispos.

Embora o metodismo tenha relativamente poucos adeptos no país, sua atividade no campo da educação escolar obtém bastante êxito, através de instituições prestigiadas. Nas últimas décadas do Segundo Império e nos primeiros trinta anos da República, a proposta educacional dos colégios metodistas, caracterizada por uma linha eminentemente liberal, representa uma alternativa em relação à proposta governamental, influenciada pelos jesuítas e pelo positivismo europeu. Entretanto, seu caráter elitista vem sendo ultimamente contestado por grupos dentro da própria Igreja (BOAVENTURA, 1978).

**Educação Popular e Universidade; Contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba (1978-1987). Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 1988, 386 p.

A crise da Igreja Metodista no Brasil: reformulação de sua proposta educacional

Em meados dos anos sessenta, a Igreja Metodista entra em profunda crise de identidade, iniciando um processo de revisão de seu papel na sociedade brasileira e de reelaboração de sua proposta educacional.

Uma ampla avaliação sobre as escolas metodistas é promovida, a partir de 1969, pelo Conselho de Instituições Metodistas de Ensino (COGEIME, 1971). O debate realizado com base nesta avaliação, no Décimo Concílio Geral da Igreja Metodista (fevereiro de 1971), resulta na aprovação do **Credo Social**, que manifesta o compromisso da Igreja com a realidade social brasileira. A mesma linha é aprofundada nos Concílios de 1974 e de 1978, a partir dos quais são elaborados **Planos Quadrienais**, marcando uma caminhada que culmina no Concílio de 1982, com a aprovação do **Plano para a Vida e Missão da Igreja**.

A partir de 1979, a Igreja Metodista formaliza o processo de discussão para definir os objetivos de sua ação educativa. Tomando-se como base pesquisas em igrejas e instituições metodistas no Brasil, realiza-se um seminário no Rio de Janeiro em julho de 1980, quando se elabora o documento **Fundamentos, Diretrizes, Políticas e Objetivos para o Sistema Educacional Metodista**, aprovado pelo Conselho Geral. Este documento é amplamente discutido pelos metodistas e, em janeiro de 1982, o "Seminário sobre Diretrizes para um Plano Nacional de Educação", com ampla representação, realiza um debate a partir do qual são elaboradas as **Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista**, aprovadas pelo Conselho Geral e sancionadas pelo XIII Concílio Geral da Igreja Metodista, em 18-28 de julho de 1982.

Conforme as **Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista**, a educação tem sido um instrumento sempre presente na ação da Igreja e se realiza através da família, das atividades eclesiais (comissões, escola dominical, púlpito, grupos societários), das instituições do ensino secular, teológico, de ação comunitária e de comunicação.

Entendendo a educação como "instrumento de transformação social", as Diretrizes consideram que, por um lado, a ação da Igreja "trouxe muitas contribuições positivas. Por meio especialmente da igreja local, muitas pessoas foram convertidas e transformadas, modificando suas vidas e seu modo de agir. Por intermédio das instituições, a Igreja buscou a democratização e a liberalização da educação brasileira. Suas propostas educacionais eram inovadoras e humanizantes pois ofereciam um tipo de educação alternativa aos rígidos sistemas jesuíta e governamental" (IGREJA METODISTA, 1982: 34-5).

Por outro lado, caracterizou-se pela ênfase na ação individual e na formação da elite, não se identificando com a cultura brasileira nem assumindo os problemas dos pobres, que são a maioria da população. "No caso específico de nossas escolas, à medida que a sociedade brasileira foi se desenvolvendo, elas perderam suas características inovadoras e passaram a ser reprodutoras da educação oficial" (IGREJA METODISTA, 1982: 34-5).

Tomando como base uma releitura da Bíblia, os metodistas questionam a influência que sua ação educativa recebeu da filosofia liberal, caracterizada pela "preocupação individualista com a ascensão social; acentuação do espírito de competição; aceitação do utilitarismo como norma de vida e colocação do lucro como base das relações sociais" (IGREJA METODISTA, 1982:38).

Com tal crítica, o documento **Vida e Missão** considera a educação como "o processo que visa a oferecer à pessoa e à comunidade, uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora"

(IGREJA METODISTA, 1982:22) e propõe que a prática educativa seja realizada "de tal modo que os indivíduos e os grupos: desenvolvam consciência crítica da realidade; compreendam que o interesse social é mais importante que o individual; exercitem o senso e a prática da justiça e solidariedade; alcancem a sua realização como fruto do esforço comum; tomem consciência de que todos têm direito de participar de modo justo dos frutos do trabalho; reconheçam que, dentro de uma perspectiva cristã, útil é aquilo que tem valor social" (IGREJA METODISTA, 1982:38-9).

A perspectiva cristã, na qual se baseia a proposta metodista de educação, expressa-se particularmente na idéia de missão. "Missão é a construção do Reino de Deus, sob o poder do Espírito Santo, através da ação da comunidade cristã e de pessoas, visando ao surgimento da nova vida trazida por Jesus Cristo para renovação do ser humano e das estruturas sociais, marcados pelos sinais de morte" (IGREJA METODISTA, 1982:18).

Nesta linha, os metodistas pretendem se identificar mais com a cultura brasileira e atender às principais necessidades do povo. Isto implica a busca de novos caminhos e a superação do modelo educacional vigente. "Não se pode mais aceitar uma educação elitista, que discrimina e reproduz a situação atual do povo brasileiro, impedindo transformações substanciais em nossa sociedade. Também não podemos nos conformar com a tendência que favorece a imposição da cultura dos poderosos, impedindo a maior participação das pessoas e aumentando cada vez mais seu nível de dependência" (IGREJA METODISTA, 1982:39).

A partir destas constatações, o documento Diretrizes registra os seguintes objetivos para a ação educativa metodista:

- "1 - Dar continuidade, sob a ação do Espírito Santo, ao processo educativo realizado por Deus em Cristo, que promove a transformação da pessoa em nova criatura e do mundo em mundo novo, na perspectiva do Reino de Deus;
- "2 - motivar educadores e educandos a se tornarem agentes positivos de libertação, através de uma prática educativa de acordo com o Evangelho;
- "3 - confrontar permanentemente as filosofias vigentes com o Evangelho;
- "4 - denunciar todo e qualquer tipo de discriminação ou dominação que marginalize a pessoa humana, e anunciar a libertação em Jesus Cristo;
- "5 - respeitar e valorizar a cultura dos participantes do processo educativo, na medida em que estejam de acordo com os valores do Reino de Deus;
- "6 - apoiar os movimentos que visem à libertação dos oprimidos dentro do espírito do Evangelho libertador de Jesus Cristo;
- "7 - despertar a consciência crítica e sensibilizada para o problema da justiça, num mundo marcado pela opressão" (IGREJA METODISTA, 1982: 39-40).

Para realizar estes objetivos, os metodistas explicitam dez diretrizes, entre as quais:

- "3 - será buscado um estrito relacionamento com as comunidades onde nossos trabalhos estão localizados, compartilhando com elas os seus problemas;
- "4 - em todos os lugares em que a Igreja atua serão colocados à disposição da comunidade, das organizações de classe e das entidades comunitárias, as instalações de que dispomos, tanto para a realização de programas, quanto para a discussão de temas de interesse comunitário, de acordo com os objetivos da Missão;
- "5 - as igrejas e instituições devem atuar também através de programas de educação popular, para isto destinando recursos financeiros específicos;
- "6 - toda a ação educativa da Igreja deverá proporcionar aos participantes condições para que se libertem das injustiças e males sociais que se manifestem na

organização da sociedade, tais como: deterioração das relações na família e entre as pessoas, a deturpação do sexo, o problema dos menores, dos idosos, dos marginalizados, a opressão da mulher, a prostituição, o racismo, a violência, o êxodo rural resultante do mau uso da terra e da exploração dos trabalhadores do campo, a usurpação dos direitos do índio, o problema da ocupação desumanizante do solo urbano e rural, o problema dos toxicômanos, dos alcoólatras, e outros;

"7 - a educação da criança deverá merecer especial atenção, notadamente na faixa pré-escolar (de 0 a 6 anos), e de preferência voltada para os setores mais pobres da população" (IGREJA METODISTA, 1982: 40-1).

As outras diretrizes propostas neste documento (itens 1, 2, 8, 9 e 10) referem-se a medidas que a Igreja deve tomar para viabilizar a adequação dos trabalhos das instituições metodistas aos objetivos definidos e para articular uma ação conjunta nos projetos educacionais.

O documento traça, também, orientações específicas para a educação secular, educação teológica e a educação cristã.

Cabe, aqui, destacar as diretrizes para a educação secular, entendida como "o processo que favorece formação melhor qualificada nas diversas fases, possibilitando às pessoas desenvolvimento de uma consciência da sociedade, segundo a Missão de Jesus Cristo" (IGREJA METODISTA, 1982: 25).

Nesta direção, a Igreja Metodista declara:

"1 - O ensino formal praticado em nossas instituições não se limitará a preparar para o mercado de trabalho, mas, além disso, igualmente, deverá despertar uma percepção crítica dos problemas da sociedade.

"2 - As instituições superarão a simples transmissão repetitiva de conhecimentos, buscando a criação de novas expressões do saber, a partir da realidade e expectativa do povo.

"3 - Terá prioridade a existência de pastorais escolares que atuem como consciência crítica das instituições, em todos os seus aspectos, exercendo suas funções profética e sacerdotal dentro e fora delas.

"4 - Toda prática das instituições se caracteriza por um contínuo aperfeiçoamento no sentido de democratizar cada vez mais as decisões" (IGREJA METODISTA, 1982: 41-2).

Em suma, os metodistas manifestam em seus documentos recentes a intenção de superar o caráter elitista e liberal predominante na ação educativa de suas instituições e colocar-se a serviço das classes populares, promovendo a formação da consciência crítica, assim como o compromisso com a transformação social numa perspectiva de libertação dos oprimidos. Isto implica em apoiar as organizações populares no enfrentamento de seus problemas e em privilegiar a educação infantil, assim como a educação popular. Neste sentido, suas instituições de ensino secular devem redimensionar sua prática pedagógica para a formação da consciência crítica (além da formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho), elaboração do saber a partir da realidade do povo, promovendo a crítica e a democratização da dinâmica institucional.

A UNIMEP em busca do povo: o Projeto Periferia

A Universidade Metodista de Piracicaba constitui-se, especialmente a partir de 1978, num dos espaços mais fecundos para o desenvolvimento da proposta educacional metodista.

É neste contexto que surge o Projeto Periferia. Criado pela reitoria da

UNIMEP em 1979, instala pré-escolas para crianças carentes dos bairros pobres de Piracicaba. O projeto atinge seu apogeu em 1983, tornando-se nesta época um marco simbólico do compromisso da universidade com as classes menos favorecidas.

No final de 1982 e no início de 1983, a coordenação do Projeto Periferia explicita uma sinopse de seus objetivos, problemas e perspectivas, em dois documentos: um é o relatório final de atividades de 1982 (PROJETO PERIFERIA, 1982) e o outro é o texto apresentado no Seminário Internacional de Educação Popular em maio de 1983 (PROJETO PERIFERIA, 1983).

Além de uma interessante retrospectiva da sua caminhada, os documentos registram a óptica segundo a qual o Projeto Periferia é entendido por seus promotores.

Na concepção de sua coordenação, os objetivos do Projeto são elaborados, e pouco a pouco se ampliam, no contexto do debate que a UNIMEP vem desenvolvendo sobre a necessidade de a universidade promover uma educação libertadora, debate este favorecido com a divulgação de documentos que expressam a intenção da Igreja Metodista em se comprometer com as classes populares.

"O Projeto Periferia - relata o último documento - origina-se nesse contexto, em 1979, como sub-produto de um Curso de Especialização em Educação Essencial promovido pelo Programa de Educação Essencial da UNIMEP (...). Os objetivos declarados na época para justificar tal iniciativa foram os de que estava se dando um primeiro passo para concretizar o discurso de comprometimento da universidade com as classes populares" (PROJETO PERIFERIA, 1983: 2).

O fato de ter sido escolhido o trabalho com a pré-escola teria facilitado a interação da universidade com a comunidade suburbana "pois, além de ser a educação e a guarda das crianças um ponto de interesse e de necessidade, a presença diária no bairro nos permitiu vivenciar de fato os problemas enfrentados pela população" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 1).

Todavia, "nesse momento inicial de implantação, os objetivos do Projeto eram muito genéricos e a equipe profissional encarregada de levá-los à frente cedo teve que se defrontar não só com inúmeras questões de natureza, pedagógica (estritamente relacionadas à educação pré-escolar), mas também de ordem político-ideológica (assistencialismo), no contato com a comunidade dos bairros" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 3).

As questões são levantadas por setores acadêmicos da UNIMEP, em debates promovidos pelo Centro de Filosofia e Teologia.

Os seminários de educação popular questionam o assistencialismo do Projeto Periferia, que é decorrente não só da passividade da população, mas também da própria estrutura elitista e atitude paternalista da universidade. O Projeto Periferia tenta, então, superar seus viés assistencialista através da criação de atividades específicas para promover a mobilização popular (as áreas de organização popular, educação para a saúde e educação de adultos) e incentivar a criação de conselhos de pais, assim como outras formas de envolvimento da comunidade nas atividades das pré-escolas.

"A formação do Conselho de Pais é para nós - afirma o Projeto Periferia - um avanço na proposta, uma vez que, sem cair no espontaneísmo, conseguimos junto com a comunidade amadurecer a necessidade de um maior envolvimento dos pais nas pré-escolas. Os Conselhos de Pais foram formados por eleição direta nas assembléias de pais amplas nos bairros. Na maioria das vezes as próprias pessoas se indicavam por já terem o envolvimento mais de perto com a

pré-escola" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 8).

Os debates evidenciam também a ruptura do Projeto em relação aos setores acadêmicos. Ele tenta, então, superar essa desarticulação oferecendo-se como um espaço para a realização de projetos de extensão universitária e para a atuação de alunos bolsistas e estagiários dos diferentes cursos da UNIMEP.

A experiência de vinculação do Projeto Periferia com os cursos das áreas de saúde da UNIMEP é considerada como a desencadeadora da reflexão sobre a extensão universitária. Nessa esteira, surgem outras iniciativas como as conferências promovidas pelo Departamento de Economia nas comunidades das pré-escolas (experiência que não tem continuidade) e o Jornal Popular (editado por alunos estagiários do curso de Comunicação Social, a partir das opiniões dos Conselhos dos Pais das pré-escolas).

O Jornal Popular publicado de maio de 1982 a maio de 1983 em nove números, é considerado, tal como as outras iniciativas de extensão universitária junto às comunidades dos bairros, como um fator de mobilização popular. "Através de temas, de matérias, do acompanhamento da confecção do Jornal e da sua distribuição, do conhecimento da situação de cada bairro em mais profundidade, foi crescendo a consciência de efetivas transformações em nossa sociedade. Com isso, foi reforçada a necessidade de participar dos movimentos populares (associações de bairro, centros comunitários, sindicatos, movimentos de classe, etc.), a fim de garantir que os interesses da população estivessem ali representados" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 2).

Além de fator de conscientização da população, as atividades de extensão da universidade na periferia são tidas como fator de conscientização também dos universitários.

"O envolvimento dos alunos com estas comunidades, a participação direta em seus problemas e a descoberta de uma realidade que muitos conheciam apenas através dos jornais, tem provocado um engajamento maior não só nas lutas concretas que se configuram, mas provocado também por parte destes alunos uma avaliação do próprio curso que fazem. Desta forma, começam a questionar, por exemplo, a quem serve a profissão que abraçam na forma como a conhecemos. A quem serve o profissional de gabinete, formado entre quatro paredes da universidade, detentor de um saber que não pretende colocar a serviço das classes populares. A quem servem as Ciências e as Leis que aprendem. Estes questionamentos, que são os de todos nós, têm contribuído, ainda que de forma tímida, para a avaliação de nossa própria prática em sala de aula, permeando a formação acadêmica com o enfoque da realidade brasileira" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 2-3).

Neste sentido, reputa-se como avanço o envolvimento de alunos universitários de diferentes áreas de trabalho nas pré-escolas.

"Estamos conseguindo que os professores das pré-escolas, seja de que curso forem (pedagogia, economia, direito, educação física, nutrição, biomédica, engenharia, etc.), assumam gradativamente o Projeto numa perspectiva política e não apenas por interesse na bolsa-trabalho. Refletindo sobre a sua prática, os alunos bolsistas passaram a ter uma visão crítica em relação à sua formação profissional" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 8-9).

A diversificação da origem acadêmica dos professores-bolsistas é considerada positiva porque o Projeto Periferia sente necessidade de evidenciar sua vinculação com os diversos setores acadêmicos da UNIMEP. Com isso, espera responder à crítica de estar separado da academia. Mas também não quer se sujeitar ao academicismo.

"Para o Projeto Periferia é vital o seu reconhecimento no interior da estrutura acadêmica. Não se pode impor condições, mas é altamente desejável que esse reconhecimento se faça dentro do compromisso da Universidade para com as lutas populares. Isso requer, entre outras coisas, que se evite a todo custo envolver a proposta do Projeto num manto de academicismo (a pretexto de torná-lo 'científico'), desfigurando-o dentro das paredes da universidade" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 10).

De outra parte, reconhece o Projeto Periferia que enfrenta internamente sérios impasses: "como dar continuidade a este trabalho, ocupando os espaços e criando novos? como superar o conservadorismo e ao autoritarismo cristalizado em nossa universidade, reflexos do sistema em que vivemos? como vencer o assistencialismo, o espontaneísmo e o vanguardismo? como garantir a nossa ação e, ao mesmo tempo, não permitir o aparelhismo?" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 10).

Além do espontaneísmo, assistencialismo, falta de clareza política, também a ação de forças conservadoras dificulta o reconhecimento do Projeto Periferia pela universidade.

"Referimo-nos - explica a coordenadora - a forças atuando contra o Projeto, que nem sempre se manifestam claramente, provocando um quadro difuso. Esse quadro difuso foi um dos fatores responsáveis pela dificuldade do Projeto em ser assimilado pela academia" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 7).

Na realidade, a coordenação do Projeto Periferia, sente-se pressionada de diferentes lados: por parte dos metodistas progressistas que, através da Pastoral Universitária e do Centro de Filosofia e Teologia, cobram a superação de seu caráter assistencialista e sua coerência com os princípios da Igreja Metodista; por parte dos intelectuais de esquerda que reivindicam sua vinculação com a academia e seu rigor científico; por parte da burocracia administrativa, que exige a eficiência e o cumprimento das suas normas; por parte do reitor que tenta centralizar em suas mãos o controle dos projetos comunitários.

Nesta conjuntura, o Projeto assimila as críticas do Centro de Filosofia e Teologia e tenta incorporar as iniciativas dos outros setores acadêmicos, ao mesmo tempo em que se submete à reitoria. A criação do Núcleo de Ação Comunitária surge como um fator de coesão entre estas forças, na medida em que é proposto como órgão encarregado de promover a integração dos projetos comunitários da UNIMEP entre si e com os movimentos dos bairros, mas sob o controle do Diretor Geral do IEP (o reitor).

A consciência do Projeto Periferia sobre seu sentido nesse momento é expressa da seguinte maneira:

"Há um inegável acúmulo de experiências e de dados sobre a realidade compreendida pelo Projeto. Ao cabo desses anos, cristalizou-se uma compreensão mais clara dos objetivos a serem perseguidos. De um lado, busca-se efetivar uma educação com proposta metodológica alternativa. De outro lado, busca-se a solidariedade com as lutas populares, não só colocando os recursos humanos e materiais da universidade a serviço dessas lutas, mas também contribuindo para conscientizar os trabalhadores da necessidade de sua organização e, por conseguinte, da transformação da sociedade. Finalmente, amadureceu-se a convicção de que o Projeto não pode continuar sendo um segmento à margem da estrutura acadêmica e que, portanto, faz-se necessária uma discussão séria de como o mesmo pode ser absorvido e implementado como uma política de extensão universitária" (PROJETO PERIFERIA, 1982: 4).

Considerações finais

O Projeto Periferia simboliza, sobretudo no período entre 1979 e 1983, o esforço que a UNIMEP faz por concretizar seu compromisso com as classes populares. Constitui-se, desta maneira, em produtor e produto da proposta educacional metodista. Os documentos produzidos em 1982 pela Igreja Metodista, *Vida e Missão* e *Diretrizes*, refletem o trabalho desenvolvido nos projetos comunitários da UNIMEP e, ao mesmo tempo, o respaldam doutrinariamente.

Tanto a prática do Projeto Periferia, quanto a doutrina educacional metodista representam avanços no sentido de abertura institucional da Igreja e da Universidade para com as classes populares. Todavia trazem contradições estruturais como o assistencialismo. Este, porém, é tema para o próximo artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAVENTURA, Elias. *A educação metodista no Brasil; Origem, evolução e ideologia*. Tese de mestrado. Piracicaba, UNIMEP, 1978, 137 p.
- CONSELHO GERAL DAS INSTITUIÇÕES METODISTAS DE ENSINO. *Estudo das Instituições de Ensino da Igreja Metodista; Retrospecto, atualidade, perspectivas*. São Paulo, COGEIME, 1968-1969, 219 p. (mimeografado).
- IGREJA METODISTA. *Fundamentos, Diretrizes, Políticas e Objetivos para o Sistema Educacional Metodista*. Piracicaba, UNIMEP, 1980, 12 p.
- . *Plano Quadrienal 1974-1978*. São Paulo, Imprensa Metodista, 1974, 29 p.
- . *Plano Quadrienal 1979-1982*. São Paulo, Imprensa Metodista, 1979, 48 p.
- . *Vida e Missão; Decisões do XIII Concílio Geral da Igreja Metodista; Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista e Credo Social da Igreja Metodista*. 2.ed. Piracicaba, UNIMEP, 1982, 64 p.
- OLIVEIRA, Cleiton de. *Análise de uma experiência universitária; O caso da Universidade Metodista de Piracicaba*. Tese de mestrado. Piracicaba, UNIMEP, 1983, 340 p.
- PROJETO PERIFERIA. *Educação pré-escolar e educação de adultos*. Piracicaba, UNIMEP, (dez. 1982), 3 p. ANEXOS (1.) Quadros de evolução estrutural do Projeto, 6 p.; (2.) Quadro de funcionários, 3p.; (3.) Organograma, 1p. (Documento manuscrito).
- . *O Projeto Periferia da UNIMEP*. Piracicaba, UNIMEP, maio, 1983, 11p. (Documento manuscrito).